



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA Nº 1/2022

ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA Nº 01/2022

PROCESSO ADMINISTRATIVO ELETRÔNICO N. 0003280-82.2021.6.22.8000

ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA QUE ENTRE SI CELEBRAM A UNIÃO, POR MEIO DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA (TRE-RO) E A ASSOCIAÇÃO EDUCACIONAL LAURA VICUÑA (DENOMINADA INSTITUTO MARIA AUXILIADORA - IMA), PARA FINS DE CONCESSÃO DE DESCONTOS AOS DEPENDENTES DOS SERVIDORES DA JUSTIÇA ELEITORAL DE RONDÔNIA.

A UNIÃO, por intermédio do **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA – TRE-RO**, inscrito no CNPJ/MF sob o n. 04.565.735/0001-13, com sede na Av. Presidente Dutra, 1889, bairro Baixa União, CEP: 76.805-859, em Porto Velho/RO, neste ato representado por sua Diretora Geral, senhora **LIA MARIA ARAÚJO LOPES**, (dados pessoais suprimidos em cumprimento à Lei 13.709/2018 – LGPD, e à Resolução TSE n. 23.650/2021), e a **ASSOCIAÇÃO EDUCACIONAL LAURA VICUÑA**, que atende pelo nome fantasia de **INSTITUTO MARIA AUXILIADORA - IMA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o n. 05.898.754/0001-24, com sede na Rua Irmã Capelli, 41, Centro, CEP: 76.801-082, em Porto Velho/RO, Telefone(s): (69) 3026-4853/98131-5000, E-mail(s): tesouraria.ima@hotmail.com, neste ato representada por sua Diretora Pedagógica, Irmã **FRANCISCA DIAS PEREIRA**, (dados pessoais suprimidos em cumprimento à Lei 13.709/2018 – LGPD, e à Resolução TSE n. 23.650/2021), resolvem celebrar o presente ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA, mediante autorização constante no Despacho n. 32/2022/GABDG, de 14/01/2022 (evento [0780261](#)), e consoante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

I - O presente instrumento tem por objeto a concessão de desconto pela ASSOCIAÇÃO EDUCACIONAL LAURA VICUÑA, denominada



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

INSTITUTO MARIA AUXILIADORA – IMA, aos dependentes dos (as) servidores (as) da Justiça Eleitoral de Rondônia, doravante denominados BENEFICIÁRIOS, para cursarem o Ensino Fundamental e Ensino Médio ministrados pelo INSTITUTO MARIA AUXILIADORA - IMA, conforme abaixo discriminados:

Ensino	Desconto para o boleto bancário (Obs.: a partir da 2ª parcela da anuidade)	Vencimento do desconto até o dia
Fundamental e Médio	20%	5 de cada mês

II - O desconto concedido através do presente instrumento será aplicado a partir da segunda parcela da anuidade;

III – O desconto será concedido a partir da entrega da declaração do TRE-RO junto à Secretaria Acadêmica da Instituição, conforme modelo disponibilizado pela ASSOCIAÇÃO EDUCACIONAL LAURA VICUÑA (INSTITUTO MARIA AUXILIADORA – IMA), reproduzido no Anexo I deste instrumento, sendo vedada a restituição de valores pagos;

IV – Na hipótese de inadimplência, os (as) BENEFICIÁRIOS(AS) perderão o desconto ora concedido, obrigando-se aos (às) beneficiários(as) ao pagamento integral das parcelas avençadas, acrescidas dos encargos legais e contratuais;

V - O presente instrumento não é celebrado em caráter exclusivo, de modo que é livre às partes que o celebram firmarem, a qualquer tempo, outros Acordos com outras pessoas físicas ou jurídicas atuantes ou não nos mesmos segmentos que as partes ora qualificadas, ainda que em período concomitantemente à vigência deste instrumento;

VI - Este instrumento não poderá ser cedido sem o prévio e o expresso consentimento da outra parte signatária do presente Acordo, cuja comunicação deve se dar com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES DOS BENEFICIÁRIOS DO DESCONTO

I – O (A) beneficiário (a) do desconto detalhado neste Acordo se obriga a cumprir o contrato individual firmado com o INSTITUTO MARIA AUXILIADORA, assim como se obriga a cumprir a responsabilidade pessoal do aluno matriculado no que diz respeito às parcelas da anuidade;

II - O (A) beneficiário (a) do desconto tratado neste instrumento está ciente de que o referido desconto, somente será concedido até o vencimento, conforme previsto no quadro da Cláusula Primeira, sendo vedada a cumulação de descontos.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DO TRE-RO

I – O TRE-RO se obriga a divulgar a todos os beneficiários o teor do presente instrumento, por todos os meios e formas que julgar adequados;

II – O TRE-RO se obriga a fornecer periodicamente listagem atualizada de seus beneficiários e/ou documento de encaminhamento, para fins de obtenção do desconto.

CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DA ASSOCIAÇÃO EDUCACIONAL LAURA VICUÑA (INSTITUTO MARIA AUXILIADORA - IMA)

I – A ASSOCIAÇÃO EDUCACIONAL LAURA VICUÑA (INSTITUTO MARIA AUXILIADORA - IMA se obriga a garantir o fiel cumprimento deste instrumento, prestando os serviços educacionais contratados pelos beneficiários do TRE-RO, com os descontos estabelecidos na Cláusula primeira deste instrumento;

II - A ASSOCIAÇÃO EDUCACIONAL LAURA VICUÑA (INSTITUTO MARIA AUXILIADORA - IMA se obriga a firmar contrato individual com cada beneficiário para matrícula escolar, estabelecendo, entre outras, a



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

responsabilidade pessoal do aluno no que diz respeito às parcelas da anuidade.

CLÁUSULA QUINTA – DA GRATUIDADE DESTE ACORDO E DA ISENÇÃO DE RESPONSABILIDADES AO TRE-RO

I - Este acordo é realizado em caráter gratuito e cada uma das PARTES arcará exclusivamente com as despesas inerentes às obrigações por elas assumidas neste instrumento;

II – O TRE-RO está isento de qualquer responsabilidade por inadimplência ou por descumprimento de qualquer compromisso financeiro ou obrigacional contraído pelos beneficiários dos descontos indicados neste Acordo, ofertados pela ASSOCIAÇÃO EDUCACIONAL LAURA VICUÑA (INSTITUTO MARIA AUXILIADORA - IMA);

III – O TRE-RO está isento de qualquer responsabilidade por eventual dano que quaisquer beneficiários deste instrumento ou terceiros causem à ASSOCIAÇÃO EDUCACIONAL LAURA VICUÑA (INSTITUTO MARIA AUXILIADORA - IMA);

IV – O TRE-RO, em hipótese alguma, terá qualquer responsabilidade solidária ou subsidiária para com a ASSOCIAÇÃO EDUCACIONAL LAURA VICUÑA (INSTITUTO MARIA AUXILIADORA - IMA), em relação a qualquer ação ou omissão praticada por esta última, direta ou indiretamente relacionada a este instrumento, que porventura afete os beneficiários deste desconto e seus dependentes ou terceiros.

CLÁUSULA SEXTA - DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

(Lei Geral de Proteção de Dados n. 13.709/2018)

I – Quanto à proteção de dados pessoais, deverá ser observado o que segue:

II - Os dados digitais envolvidos na presente contratação e suas aplicações estão sujeitos ao cumprimento da LEI Nº 13.709, DE 14 DE AGOSTO DE



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

2018 - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), bem como às suas atualizações e regulamentações.

A. Todas as partes envolvidas direta ou indiretamente nesta contratação, seus conselheiros, sócios, diretores, prepostos, funcionários, representados ou terceiros contratados, em comunhão de esforços, se comprometerão a prestar e tomar os serviços ora contratados de acordo com a LGPD.

B. As Partes em questão, na qualidade de Agentes de Tratamento, adotarão todas as medidas necessárias para que as operações realizadas durante a prestação dos serviços contratados respeitem as diretrizes estipuladas pela LGPD, bem como os seus seguintes princípios: da finalidade; adequação; necessidade; livre acesso; qualidade dos dados; transparência; segurança; prevenção; responsabilização; e, prestação de contas.

C. Será assegurado aos titulares dos dados pessoais que, em decorrência do contrato ora instrumentalizado, tenham seus dados tratados pelas partes contratantes, os seguintes direitos:

1. Confirmação da existência do tratamento e acesso aos Dados Pessoais;
2. Correção de dados incompletos, inexatos ou desatualizados;
3. Portabilidade dos seus dados pessoais a outro prestador de serviços ou produtos;
4. Eliminação dos Dados Pessoais de sua titularidade, ressalvadas as hipóteses de guarda para cumprimento de obrigação legal ou regulatória; e,
5. A revogação do consentimento para o Tratamento dos Dados Pessoais.

D. No intuito de garantir ao titular os direitos referidos acima, as Partes se comprometem a:

1. Manter total discrição e sigilo relativos às informações uma da outra recebidas e produzidas no decorrer da execução dos serviços ora contratados, comprometendo-se a não as divulgar, nem as fornecer a terceiros que não estejam descritos neste Contrato ou em seus anexos;
2. Tratar os dados pessoais dos titulares de acordo com os termos previstos na legislação, comprometendo-se a recolher, registrar, organizar, consultar ou transmitir tais dados apenas e somente nos casos em que o seu titular tenha dado o consentimento expresso e inequívoco;
3. Tratar os dados pessoais de modo compatível com as finalidades para as quais tais dados tenham sido fornecidos;
4. Conservar os dados pessoais apenas durante o período necessário à execução dos serviços contratados e/ou para atingir a finalidade pretendida, garantindo-se ao seu titular a respectiva confidencialidade;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

5. Implementar as medidas técnicas e organizacionais necessárias para proteger os dados contra a destruição, acidental ou ilícita, a perda acidental, a alteração, a difusão ou o acesso não autorizado, bem como contra qualquer outra forma de tratamento ilícito;
6. Em caso de quebra ou suspeita de quebra de segurança que venha a expor, ou poder expor, ilicitamente os dados pessoais tratados, as Partes deverão imprimir seus melhores esforços para tomar todas as medidas cabíveis para investigar e resolver o ocorrido;
7. Garantir o exercício, pelos titulares dos dados pessoais, dos seus respectivos direitos;
8. Assegurar que os seus respectivos colaboradores ou os seus prestadores de serviços externos por si contratados e que venham a ter acesso a dados pessoais no contexto do Contrato cumprem as disposições legais aplicáveis em matéria de proteção de dados pessoais, designadamente, não cedendo ou divulgando tais dados pessoais a terceiros, nem deles fazendo uso para quaisquer fins que não os estritamente consentidos pelos respectivos titulares.

III. Ficam ambas as partes sujeitas às legislações vigentes na data da assinatura deste Contrato, bem como em caso de atualizações futuras;

IV. Se, em decorrência de uma ordem judicial ou administrativa emanada por Autoridade Competente, qualquer uma das Partes for obrigada a fornecer quaisquer dados pessoais transmitidos pela contraparte, o respectivo Controlador deverá ser notificado a respeito dentro do prazo de 24 (vinte e quatro) horas;

V. As Partes comprometem-se por si, seus sócios, colaboradores e prestadores de serviços a adotar todas as medidas necessárias para garantir que os dados pessoais transmitidos pelo respectivo Controlador não sejam utilizados indevidamente, tampouco sejam alvo de apropriação indébita, roubo ou divulgação a pessoas não autorizadas, de forma que tais medidas devem garantir no mínimo:

1. A destruição dos dados pessoais transmitidos a pedido do Controlador e/ou do respectivo titular;
2. A destruição de todo dado pessoal e/ou informação excedente para as finalidades pretendidas, desatualizada ou errônea;
3. Registro atualizado do tratamento dos dados pessoais transmitidos pelo Controlador;
4. Registro acerca de qualquer situação que possa vir a pôr em risco os dados pessoais objeto de tratamento, o qual deverá ser apresentado ao respectivo Controlador em prazo não superior a 24 (vinte e quatro) horas;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

5. A transferência definitiva dos dados objeto de tratamento, por parte do Controlador, para repositório de sua exclusiva escolha, sem a elaboração de qualquer tipo de cópia ou backup.

VI. As Partes assumem a responsabilidade de assegurar e garantir ao respectivo Controlador que todos os seus funcionários e/ou prestadores de serviços que irão ou poderão ter acesso aos dados pessoais transmitidos pelo Controlador têm a obrigação formalizada documentalmente de não tratar tais dados em desacordo com as disposições constantes neste instrumento, garantindo-se ao Controlador o seu pleno e fiel cumprimento.

VII. Caso qualquer uma das Partes, sem incorrer em culpa, venha a ser responsabilizada judicial ou administrativamente por eventuais falhas no tratamento dos dados pessoais realizado pela contraparte, lhe será assegurado o direito de regresso por conta dos prejuízos que experimentar, sendo possível ainda buscar indenização suplementar perante o Poder Judiciário.

VIII. Os responsáveis diretos pela segurança dos dados disposta nesta Cláusula, serão:

1. Pela CONTRATADA, o signatário deste contrato, o qual poderá ser futuramente alterado; e
2. Pelo CONTRATANTE, o servidor Neiton Lima de Carvalho, Técnico Judiciário/Assistente de Ouvidoria do TRE-RO, telefone: (69) 3211-2173, e-mail: ouvidoria@tre-ro.jus, o qual poderá ser futuramente alterado.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA GESTÃO E DA FISCALIZAÇÃO

I - No TRE-RO, a gestão e a fiscalização deste instrumento serão realizadas pelo(a) titular da Secretaria de Gestão de Pessoas (SGP) do TRE-RO, ou por seu substituto, na sua ausência, competindo a esses as atribuições previstas na Instrução Normativa TRE-RO n. 04/2008.

CLÁUSULA OITAVA – DA VIGÊNCIA

I – Este instrumento terá a vigência de 12 (doze) meses, a contar de sua assinatura via Sistema Eletrônico de Informação – SEI do TRE-RO, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos até o limite de 60 (sessenta) meses, condicionado à lavratura de Termo Aditivo e mediante solicitação por escrito com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

CLÁUSULA NONA – DA RESCISÃO

I – O presente instrumento poderá ser rescindido por ambas as partes, a qualquer tempo, devendo a outra parte ser comunicada por escrito com antecedência mínima de 30 (trinta) dias;

II – Na hipótese de rescisão, obriga-se a ASSOCIAÇÃO EDUCACIONAL LAURA VICUÑA (INSTITUTO MARIA AUXILIADORA - IMA) a cumprir as obrigações pendentes com os beneficiários e seus dependentes que matriculados até a data da rescisão, respeitando-se as condições comerciais expressas neste instrumento

CLÁUSULA DÉCIMA – DA ALTERAÇÃO

I – O presente instrumento poderá ser alterado em seus termos ou condições, mediante solicitação por escrito com antecedência mínima de 30 (trinta) dias e condicionado ao comum acordo entre as partes, mediante formalização do competente Termo Aditivo.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL E DOS CASOS OMISSOS

I - O presente instrumento é celebrado com fundamento legal no art. 116 da Lei nº 8.666/1993;

II – Os casos omissos serão resolvidos pela legislação aplicável.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA PUBLICAÇÃO

I - O TRE-RO providenciará a publicação resumida do presente instrumento e, se for o caso, de seus aditamentos, no Diário Eletrônico da Justiça Eleitoral de Rondônia.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO

Em cumprimento ao art. 55, § 2º da Lei nº 8.666/93, o Foro legal para solucionar as questões resultantes da aplicação deste instrumento ou a ele relativas, não resolvidas na esfera administrativa, é o da Seção Judiciária do Estado de Rondônia, com sede em Porto Velho/RO.

E por estarem assim acordados, lavrou-se o presente instrumento, que após lido e achado conforme, foi assinada pelas partes contratantes e pelas testemunhas abaixo.

Porto Velho/RO, 17 de janeiro de 2022.

LIA MARIA ARAÚJO LOPES Pelo TRE-RO	Irmã FRANCISCA DIAS PEREIRA Pela ASSOCIAÇÃO EDUCACIONAL LAURA VICUÑA (INSTITUTO MARIA AUXILIADORA – IMA)
Fábia Maria dos Santos Silva CPF: 567.849.102-49 Testemunha	Luciano da Silva Santos Braga CPF: 812.434.482-53 Testemunha

**ANEXO I DO ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA N.
01/2022/TRE-RO**

TIMBRE DA INSTITUIÇÃO

DECLARAÇÃO

Declaro, para fins de comprovação junto à Associação Educacional Laura Vicuna – Instituto Maria Auxiliadora, inscrita no CNPJ nº



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

05.898.754/0001-24, que o Sr(a) ____, titular do CPF nº ____ e da Identidade nº ____, é ____, nesta capital, e pretende realizar a matrícula de seu dependente ____, titular do CPF nº ____ e da Identidade nº ____, no ____ ano do Ensino Fundamental II/médio, valendo-se dos benefícios conferidos e das condições estabelecidas pelo Acordo de Cooperação Técnica firmado entre o TRE-RO e a ASSOCIAÇÃO EDUCACIONAL LAURA VICUÑA (INSTITUTO MARIA AUXILIADORA – IMA).

Por ser expressão de verdade, firmo a presente declaração.

Porto Velho, ____ de ____ de ____.



Documento assinado eletronicamente por **LIA MARIA ARAÚJO LOPES, Diretora Geral**, em 18/01/2022, às 14:49, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **FRANCISCA DIAS PEREIRA, Usuário Externo**, em 20/01/2022, às 15:25, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **FÁBIA MARIA DOS SANTOS SILVA, Chefe de Seção**, em 20/01/2022, às 15:26, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **LUCIANO DA SILVA SANTOS, Auxiliar Administrativo(a)**, em 20/01/2022, às 15:27, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0781026** e o código CRC **F1A172CA**.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

0003280-82.2021.6.22.8000

PROCESSO: 0003280-82.2021.6.22.8000

INTERESSADO: Diretoria Geral (DG)

ASSUNTO: Análise – Minuta Acordo de Cooperação Técnica – Instituto Maria Auxiliadora – IMA – Associação Educacional Laura Vicuña.

PARECER JURÍDICO Nº 5 / 2022 - PRES/DG/AJDG

I – RELATÓRIO

01. Trata-se de processo administrativo instaurado para registrar os atos referente a solicitação de convênio feita pela ASSOCIAÇÃO EDUCACIONAL LAURA VICUÑA, com objetivo de conceder desconto aos dependentes dos servidores do TRE/RO (Ofício nº 031 /IMA/2021- [0749287](#)).

02. No Despacho nº 1407/2021 – PRES/DG/GABDG ([0750721](#)), a diretora-geral deste Regional encaminha os autos para análise da pertinência da proposta citada a Secretária de Gestão de Pessoas, solicitando instrução dos autos e manifestação da unidade.

03. Consta nos autos a Informação nº 173/2021 ([0753898](#)), na qual o Gabinete da SGP informa ao secretário da unidade que em contato com a secretaria da Associação Educacional Laura Vicuña, lhe foi informado que o valor do desconto será aplicado nas mensalidades do próximo ano (2022), devendo o servidor interessado fazer a solicitação no ato da matrícula.

04. O secretário da SGP se manifestou favorável ao convênio por se tratar de benefício que oferece vantagem relevante aos servidores, contribuindo para uma melhor gestão financeira familiar, e sobretudo porque trata de mais um benefício de natureza escolar concedido aos servidores ao lado do Auxílio Pré-Escolar ([0761885](#)).

05. Recepcionado os autos na DG, a diretora-geral solicitou ao seu gabinete contato com a instituição para envio do modelo de termo de parceria utilizado em convênios com outros órgãos. Após, determinou



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

remessa a SECONT para elaboração da minuta de ACT, e por último a AJDG para aprovação do instrumento (Despacho nº 1591/2021 – PRES/DG/GABDG, evento [0761929](#)).

06. Em atendimento a diligência determinada pela diretora-geral, foi enviado e-mail a tesouraria do IMA de PVH ([0762031](#)). Em resposta a instituição educacional encaminhou os documentos solicitados, os quais foram juntados aos autos - modelo de convênio ([0773196](#)) e modelo de declaração de convênio ([0773200](#)).

07. A Seção de Contratos – SECONT elaborou a minuta do instrumento que regulará a concessão de desconto em parcelas da anuidade referente ao ensino fundamental e ensino médio no Instituto Maria Auxiliadora, e por cautela, previamente enviou para análise da instituição, recebendo aval para prosseguir com o ACT ([0776604](#)).

08. A SECONT juntou aos autos a minuta do Acordo de Cooperação Técnica ([0776607](#)) e seus anexo, aduzindo que utilizou as informações constantes nos documentos diversos juntados. Assim, instruídos, remeteu os autos à esta AJDG para análise ([0776622](#)). **É o necessário relato.**

II – ANÁLISE JURÍDICA

09. Inicialmente cabe registrar que convênio é um gênero que comporta várias espécies, dentre elas o Termo ou Acordo de Cooperação Técnica. Este pode ser conceituado como instrumento jurídico formalizado entre entidades da Administração Pública ou entre entidades privadas, com o objetivo de firmar interesse na mútua cooperação técnica, visando execução de programas de trabalho, projeto/atividade ou evento de interesse recíproco, da qual não decorra obrigação de repasse de recursos entre os partícipes.

10. A Lei nº 8.666/93, que institui normas para licitações e contratos da Administração Pública, estabelece que as minutas de acordos da Administração Pública devem ser previamente examinadas e aprovadas por Assessoria Jurídica da Administração, *in verbis*:

Art. 38. O procedimento da licitação será iniciado com a abertura de processo administrativo, devidamente autuado, protocolado e numerado, contendo a autorização respectiva, a indicação sucinta de seu objeto e do recurso próprio para a despesa, e ao qual serão juntados oportunamente:

[...]



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Parágrafo único. As **minutas** de editais de licitação, bem como as dos contratos, **acordos**, convênios ou ajustes **devem ser previamente examinadas e aprovadas por assessoria jurídica da Administração.** (sem grifo no original)

11. Analisando a minuta de acordo de cooperação quanto à forma, conteúdo e observância da legislação, conclui-se que está adequada e contempla os fins a que se propõe.

12. Em relação à forma, embora se trate de acordo de cooperação, cuja elaboração não exige maior rigor formal, porque **não envolve responsabilidade de natureza econômico-financeira**, a minuta anexa está alinhada, no que for compatível com as disposições do art. 55, da Lei nº 8.666/93, que estabelece as cláusulas mínimas dos contratos administrativos, em especial:

Art. 55. São cláusulas necessárias em todo contrato as que estabeleçam:

I - o **objeto e seus elementos característicos**;

II - o **regime de execução** ou a forma de fornecimento;

III - o preço e as condições de pagamento, os critérios, data-base e periodicidade do reajustamento de preços, os critérios de atualização monetária entre a data do adimplemento das obrigações e a do efetivo pagamento;

IV - os prazos de início de etapas de execução, de conclusão, de entrega, de observação e de recebimento definitivo, conforme o caso;

V - o crédito pelo qual correrá a despesa, com a indicação da classificação funcional programática e da categoria econômica;

VI - as garantias oferecidas para assegurar sua plena execução, quando exigidas;

VII - **os direitos e as responsabilidades das partes**, as penalidades cabíveis e os valores das multas;

VIII - **os casos de rescisão**;

IX - o reconhecimento dos direitos da Administração, em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 desta Lei;

X - as condições de importação, a data e a taxa de câmbio para conversão, quando for o caso;

XI - a vinculação ao edital de licitação ou ao termo que a dispensou ou a inexigiu, ao convite e à proposta do licitante vencedor;

XII - a legislação aplicável à execução do contrato e especialmente aos casos omissos;

XIII - a obrigação do contratado de manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação. (sem grifo no original)

13. Considerando que não há obrigações recíprocas de natureza econômico-financeira entre as partes, é possível concluir que a minuta sob análise, também atende, no que forem compatíveis, as



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

disposições do art. 116 e seguintes da Lei nº 8.666/93, que estabelece regras específicas para os acordos firmados pela Administração Pública, a saber:

Art. 116. Aplicam-se as disposições desta Lei, no que couber, aos convênios, acordos, ajustes e outros instrumentos congêneres celebrados por órgãos e entidades da Administração.

§ 1º - A celebração de convênio, acordo ou ajuste pelos órgãos ou entidades da Administração Pública depende de prévia aprovação de competente plano de trabalho proposto pela organização interessada, o qual deverá conter, no mínimo, as seguintes informações:

I - identificação do objeto a ser executado;

II - metas a serem atingidas;

III - etapas ou fases de execução;

IV - plano de aplicação dos recursos financeiros;

V - cronograma de desembolso;

VI - previsão de início e fim da execução do objeto, bem assim da conclusão das etapas ou fases programadas;

VII - se o ajuste compreender obra ou serviço de engenharia, comprovação de que os recursos próprios para complementar a execução do objeto estão devidamente assegurados, salvo se o custo total do empreendimento recair sobre a entidade ou órgão descentralizador.

14. Acerca do conteúdo, a minuta contempla o objeto do acordo, estabelecendo as regras necessárias para sua execução conforme o fim proposto, descontos aos dependentes dos servidores do TRE/RO que cursarem o Ensino Fundamental e Ensino Médio oferecidos pela Instituição de Ensino supracitada.

15. Quanto sua publicação, a cláusula décima primeira prescreve onde será realizada; e, por fim, nos termos do § 2º do art. 55 da mesma Lei, o Foro eleito para solucionar questões resultantes da execução do ACORDO ou a ele relativas, não resolvidas na esfera administrativa, é o da Seção Judiciária do Estado de Rondônia, com sede em Porto Velho (Cláusula Décima Segunda).

III – CONCLUSÃO

16. Destarte, para cumprimento do art. 38, parágrafo único, da Lei nº 8.666/93, APROVA os termos da minuta do acordo de cooperação anexa a este processo ([0776607](#)), estando o instrumento apto a desencadear o ajuste proposto.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

17. Por fim, registra-se que esta unidade jurídica analisou os aspectos jurídicos do pedido a ela submetido, já que inábil regimentalmente para pronunciar-se acerca de outras questões.

À consideração da autoridade competente.



Documento assinado eletronicamente por **MARISA LEONARDO DE ARAÚJO LIMA DA SILVA**, Assessor Jurídico da Diretoria Geral, em 06/01/2022, às 15:49, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0778323** e o código CRC **41827F5D**.

0003280-82.2021.6.22.8000

PROCESSO: 0003280-82.2021.6.22.8000

INTERESSADO: TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDONIA

ASSUNTO: Acordo de Cooperação Técnica - Associação Educacional Laura Vicuña (INSTITUTO MARIA AUXILIADORA).

DESPACHO Nº 32 / 2022 - PRES/DG/GABDG

Trata-se de processo administrativo instaurado para registrar os atos referente a solicitação de convênio feita pela ASSOCIAÇÃO EDUCACIONAL LAURA VICUÑA, que atende pelo nome fantasia de INSTITUTO MARIA AUXILIADORA, com objetivo de conceder desconto aos dependentes dos servidores do TRE/RO (Ofício nº 021 /IMA/2021 - [0749287](#)).

Considerando que a proposta oferece vantajosidade aos dependentes dos servidores, remeteu-se à seção de contratos para elaboração da minuta do Acordo de Cooperação Técnica



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Atendendo à solicitação desta Diretoria-Geral, a SECONT elaborou a minuta do ACT ([0776607](#)) e remeteu os autos à AJDG para análise ([0776622](#)).

Instada, a AJDG opinou pela aprovação da minuta de convênio, a fim de cumprir o art. 38, parágrafo único, da Lei nº 8.666/93, uma vez que quanto à forma, conteúdo e observância da legislação está adequada e contempla os fins a que se propõe ([0778323](#)).

Por sua vez, a SAOFC se manifestou favorável à celebração do acordo ([0779815](#)).

Vieram os autos a esta Diretoria-Geral para apreciação.

Inicialmente cabe registrar que a parceria buscada por meio do Acordo de Cooperação que se pretende firmar encontra normatização na lei nº 8.666/93 que dita todos os critérios analíticos/parâmetros normativos para verificação da legalidade, forma e conteúdo dos acordos pretendidos.

Verifica-se que do ponto de vista jurídico formal, nos termos do bem lançado Parecer Jurídico 5 ([0778323](#)), o presente convênio reúne as condições para sua aprovação, bem como partes do ajuste se encontram no exercício legítimo de suas autonomias administrativas, que no caso estão claramente dirigidas para a realização de seus desideratos legais.

Do ponto de vista da análise da conveniência para celebração do convênio, verifica-se que a aprovação da presente parceria trará grandes vantagens aos dependentes dos servidores, pois oferece descontos para o Ensino Fundamental (6º ao 9º ano) e Ensino Médio (1ª a 3ª série) oferecidos pela Instituição de Ensino supracitada.

Vale registrar que o presente ajuste será realizado em caráter gratuito, ficando este Tribunal isento de qualquer responsabilidade por inadimplência ou por descumprimento de qualquer compromisso financeiro ou obrigacional contraído pelos beneficiários dos descontos indicados no Acordo, conforme CLÁUSULA QUINTA da minuta.

Assim, pela competência delegada pelo inciso II do art. 1º da Portaria GP nº 66/2018, adotando os fundamentos contidos no Parecer Jurídico n. 5/2022 ([0778323](#)), bem como vislumbrando toda viabilidade e vantajosidade para este Tribunal, **AUTORIZO a celebração de Acordo de Cooperação Técnica entre este Tribunal e a ASSOCIAÇÃO EDUCACIONAL LAURA VICUÑA (INSTITUTO MARIA AUXILIADORA)**, nos termos da minuta aprovada pela referida Assessoria Jurídica no exercício de sua atribuição normativa.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

À SAOFC para efetivação e publicação do acordo.

Após, à SGP para gestão, fiscalização e cumprimento da
CLÁUSULA TERCEIRA do ajuste.



Documento assinado eletronicamente por **LIA MARIA ARAÚJO LOPES, Diretora Geral**, em 14/01/2022, às 11:58, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0780261** e o código CRC **C4D172BF**.